



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
UM ESTUDO DE CASO NO CMEI ARMANDO DE OLIVEIRA**

MONICA DE JESUS GONÇALVES PIMENTEL DA SILVA

RIO DE JANEIRO

2014

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
UM ESTUDO DE CASO NO CMEI ARMANDO DE OLIVEIRA

MONICA DE JESUS GONÇALVES PIMENTEL DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Marcio da Costa Berbat (Orientador)
Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro
Dezembro
2014

EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
UM ESTUDO DE CASO NO CMEI ARMANDO DE OLIVEIRA

MONICA DE JESUS GONÇALVES PIMENTEL DA SILVA

Avaliada por:

Data: ____/____/____

Tiago Batista dos Santos
Departamento de Didática – Escola de Educação
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

“As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades nas escolas, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 1997, p. 121).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por estar presente em minha vida, me iluminando em todos os momentos.

A minha filha Talitha Christina, pelo incentivo em minha vida acadêmica.

Aos meus pais Moacyr e Janete pela minha formação moral, exemplos de uma vida digna e honesta.

Ao professor Marcio da Costa Berbat, pela amizade e conhecimentos transmitidos na elaboração inicial deste trabalho e pelo constante incentivo no decorrer do curso, minha gratidão.

A todos os colegas de Curso, de tantas áreas diferentes, mas que no convívio semanal, no bate-papo, nas refeições que fizemos juntos, sempre esteve presente o espírito de grupo, de colaboração nas tarefas, nas dúvidas, na troca de informações, e principalmente no tratamento fraterno de todos indistintamente.

A todos os Professores da Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia UNIRIO que de forma direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Nosso criador e eterno no seu amor para conosco, rendemos graças. Nos momentos mais difíceis, nos carregou nos animou e nos fez vencer; Por este cuidado antes, durante e daqui para frente, rendemos graças. Pois, sabemos que Dele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; Amém!

Pai e Mãe

Por todas às vezes que acompanharam meus passos, minhas ansiedades e minhas pequenas vitórias até aqui, pelas emoções e lágrimas com minhas conquistas, pelas preocupações e pela solidariedade nos momentos difíceis, pela doação e pelas muitas renúncias em meu favor, é que dedico a vocês todo meu amor à gratidão e alegria deste dia.

A minha filha

A Talitha Christina pela compreensão, paciência, amor e incentivo mesmo em minha ausência como mãe em muitos momentos dedicada aos estudos. Por acreditar em meu sucesso frente aos desafios do cotidiano.

Ao Professor e Orientador desta monografia

Professor Marcio da Costa Berbat, que me transmitiu seus conhecimentos e experiências profissionais e de vida, com dedicação, carinho e muita paciência. Hoje estou nascendo para um mundo novo, não mais necessitando de suas mãos protetoras, mas de mãos que colham os frutos das sementes por você plantadas. O meu eterno agradecimento Mestre.

Ao Professor Avaliador

Ao Professor Tiago Batista dos Santos, por ter aceitado generosamente ler e avaliar este trabalho.

MONICA DE JESUS GONÇALVES PIMENTEL DA SILVA. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO NO CMEI ARMANDO DE OLIVEIRA.** Brasil, 2014, 48 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RESUMO

A presente pesquisa através de levantamento bibliográfico, narrativa da própria trajetória docente, observações e entrevista no cotidiano escolar, têm como objetivo compreender o processo da inclusão de crianças no sistema escolar de uma rede municipal. Um deles é o empenho da escola em buscar possível forma de realizar o processo de inclusão respeitando a diversidade, diante da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Podemos perceber que a escola se mostra empenhada na busca da inclusão, desenvolvendo projetos com os alunos, professores, família e funcionários ainda lentamente com os familiares, para que desenvolva melhor a participação de todos. A pesquisa na escola trouxe reflexões a respeito da inclusão nas práticas cotidianas e a percepção das tantas dificuldades que a escola pública enfrenta, como falta de recursos e o grande número de alunos insatisfeitos e de professores desmotivados pela precariedade do ambiente de trabalho. Esses profissionais ainda estão empenhados para que a educação aconteça de fato. E se tratando de alunos inclusos, seja ela de qualquer tipo de patologia atestado em laudo médico ou não, os professores por se sentirem despreparados, buscam recursos para trabalhar com eles. Essa não é uma tarefa fácil, pois demanda tempo e mudanças no âmbito do sistema educacional, principalmente na rede municipal, que se reflitam nas práticas escolares de educação inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão; Escola; Família.

INDICE DE SIGLAS

CAEE – Centro De Atendimento Educacional Especializado

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PNEEPEI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PROSA – Programa Municipal de Formação Continuada

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Resumo	07
Introdução	10
Capítulo 1: Narrativas de Vida e Formação Docente	
1.1: Minha Trajetória Docente	11
Capítulo 2: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	
2.1 A Formação de Professores para Educação Especial no Brasil	21
2.2: PNEEPEI	23
2.3: Des (encontros) Teóricos sobre a Educação Inclusiva	24
Capítulo 3: O CMEI Armando de Oliveira	
3.1: Origem e Contexto da Escola	27
3.2: Os desafios do professor frente às políticas públicas	29
3.3: Estrutura Escolar do CMEI Armando de Oliveira	31
Considerações Finais	33
Referências Bibliográficas	37
Anexo A	39
Anexo B	43
Anexo C	47

Introdução

O interesse pela pesquisa partiu de experiências vividas ao longo da vida escolar, principalmente, como professora, em saber o porquê de se colocar um aluno com necessidades especiais em uma sala onde não se buscava a inclusão, e como esse professor deveria ser preparado para acolher esse aluno, onde muitos excluíam em sala de aula, trazendo grande desafio para o cotidiano escolar do professor. Sendo a escola uma instituição que se insere nesta sociedade, conseqüentemente sofre com essas características sociais.

Dessa forma, entra em constante luta para se adequar as novas concepções de educação entre elas a Educação Inclusiva que envolve diversos fatores, como a transformação da cultura escolar, mudanças nos currículos, disponibilidade de materiais didáticos de apoio, formação docente, financiamentos e outros mais. O conjunto de aspectos a serem contemplados vai influenciar também na qualidade da educação e, em decorrência, na Educação Inclusiva.

O objetivo deste trabalho consiste investigar, a partir da experiência docente, através de pesquisa bibliográfica, observações e entrevista de campo com professores e responsáveis de alunos Inclusos na rede regular de Ensino do Município de São João de Meriti, no Rio de Janeiro como um estudo de caso no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Armando de Oliveira, como ocorre na prática cotidiana escolar à inclusão e fazer reflexões a partir de questões como estrutura física, recursos humanos, corpo docente e discente que compõem a instituição escolar.

Nesse sentido, o capítulo 1 apresenta a minha trajetória em forma de narrativa, entrelaçando com a experiência de vida e da própria atividade docente.

No capítulo 2, dialogamos com o tema formação de professores e o programa nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, integrando os autores que tratam sobre o tema, na busca de compreender a trajetória de influências no sistema escolar brasileiro.

No capítulo 3, apresentamos e discutimos pedagogicamente o CMEI Armando de Oliveira, escola localizada na cidade de São Joao de Meriti, no qual a autora atua como docente e que foi campo de pesquisa para este trabalho, importante no processo de formação para a melhoria da escola de educação básica no contexto da inclusão.

Capítulo 1: Narrativas de Vida e Formação Docente

1.1: Minha Trajetória Docente

Através de investigação bibliográfica, dialogamos com a referência teórica de Elizeu de Souza no sentido da noção de território como confluência de múltiplos espaços narrativos, que se vinculam às relações sociais, políticas, materiais e simbólicas, vividas pelos sujeitos em suas trajetórias de vida-formação (SOUZA, 2011, p. 213), o texto a seguir incorpora lembranças e experiências formativas para no geral contribuir na investigação sobre a inclusão de crianças na escola pública de rede municipal no Estado do Rio de Janeiro.

Tudo começou no ano de 1990 quando me formei professora pela Escola Normal Carmela Dutra, situada no bairro de Madureira no município do Rio de Janeiro aos dezoito anos de idade.

No ano seguinte tive minha primeira turma, não como eu desejava das séries iniciais, mas da pré- escola. O colégio ficava há duas ruas do meu colégio de formação, porém não assinava carteira de trabalho profissional pelo fato de ser recém-formada. Novata, aceitei, pois acreditei que seria efetiva ao final do ano, e daria tempo de meu registro de professora ficar pronto, pois não eram informatizados os processos sendo muito lento este serviço. Ao final do ano fui demitida, anos mais tarde soube que isso era uma prática do colégio para não pagar imposto trabalhista e não beneficiar os seus empregados.

No ano seguinte de formação, ao ir ao colégio para pegar meu histórico escolar, fui informada que haveria Concurso para a especialização em “Estudos Adicionais”, porém os melhores alunos em didática e estrutura do funcionamento do ensino ganhariam a vaga e para minha surpresa lá estava meu nome. Então, depois do término do curso de complementação era agora professora da pré--escola até as séries iniciais do primeiro segmento do ensino fundamental.

O tempo passou e muitas experiências como professora na educação básica, sendo que na rede particular quase não havia participação dos alunos nos trabalhos de murais expostos pelo espaço escolar, os professores escalados pela coordenação desempenhavam essa tarefa, havendo uma grande preocupação com a visita dos pais nesse espaço.

Nessa minha trajetória não foram apenas às práticas pedagógicas que eram diferenciadas, mas também a participação do professor nas atividades diárias, umas com liberdade para se desempenhar suas estratégias, outras de forma obrigatória, direcionadas pela diretora da escola, incluindo material didático do próprio colégio.

Em mil novecentos e noventa e oito fiz um concurso público para Professor da Educação Infantil do Município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, onde passei em octogésimo quarto lugar.

O concurso teve sete mil candidatos inscritos, com mil e quinhentos aprovados, porém não fui convocada no mesmo ano por haver trinta e cinco vagas iniciais, mas o concurso foi prorrogado por dois anos devido a grande clientela de escolas construídas pelo novo governo.

Finalmente fui convocada e fui lotada numa Creche Municipal, cerca de 50 minutos de minha residência no Parque Araruama, divisa com o município de Duque de Caxias, também Baixada Fluminense. Ao soltar no ponto final do coletivo, ainda andava-se quinze minutos até a creche. A rua sem pavimentação, animais domésticos soltos, uma grande poeira no local. Tive muito receio nos primeiros dias, pois a vizinhança local percebia quando havia alguém diferente naquela localidade.

A Creche Cedias (Centro de Desenvolvimento Albert Sabin) ficava em frente a uma praça e um ponto de ônibus e se destacava no local pelo tamanho, espaço com muita área verde e ampla.

Uma realidade completamente diferente daqui vivi durante anos, tendo esses espaços apenas em atividades de aula-passeio. Esse novo ambiente era compartilhado por todos da creche diariamente, onde tudo era realizado de forma prazerosa.

Os alunos desfrutavam de todos os espaços: corriam, brincavam, tomavam banho ao ar livre de mangueira, mexiam com a terra. Tudo muito diferente uma sensação de liberdade.

Grande parte dos alunos frequentava a creche, não pelo fato dos pais trabalharem, mas por questões alimentares, ou seja, ter uma alimentação diária de qualidade (Carência Nutricional).

Com relação aos professores havia planejamento semanal, somente diferenciavam-se os conteúdos entre o turno da manhã e da tarde. A mesma turma possuía duas professoras e uma auxiliar de creche. Apesar de haver uma rotina diária na

creche cronometrada pelo tempo, tudo era de forma bem flexível com relação às ordens da turma, como também com relação ao banho e as refeições.

Tudo era resolvido de forma bem democrática com todos os funcionários, muito diferente da rede particular de ensino. Havia muito material reciclado, assim como muita quantidade de jornais e revistas que eram utilizados em trabalhos com produções dos alunos. O que diferenciava as turmas era simplesmente a criatividade do professor.

Os brinquedos industrializados eram muito poucos, chegavam até a creche por doações e como as turmas eram de vinte e cinco alunos, as professoras construía junto com eles os brinquedos utilizando muitas sucatas.

Independente da condição social dos alunos, as crianças demonstravam muita alegria na creche e quando não tinha aula por motivo de reunião de professores ou um feriado, havia uma tristeza pelos olhos de todos.

O grande problema que havia em todas as turmas, era com relação higiene pessoal, a infestação de piolhos e as várias doenças de pele eram visíveis. Isso era algo complicado e como professora isso me angustiava bastante, assim como a higiene bucal dos alunos, crianças tão pequenas com muitas cáries e nos relatos da rodinha de conversa, uma única escova de dente para todos em sua família fazerem a higienização.

Isso sem falar alguns alunos que iam arrumados para casa na sexta-feira e voltavam na segunda-feira com a mesma roupa, inclusive peças íntimas. As famílias com todos os tipos de problemas, pai ou padrasto alcoólatra, presidiário, etc.

Nesse sentido, isso era visivelmente refletido no comportamento e na “hora do brincar”, onde as crianças reproduziam cenas de agressão física, de “sexo”, mas também o doce carinho da vovó.

Muitos pais quando preenchiam a ficha de entrevista de seus filhos, para uma suposta vaga na creche, faziam observações com relação quem somente poderia buscar e também omitiam problemas de saúde de seus filhos.

Muitas crianças demonstravam maior carinho com suas auxiliares de creche, estas permaneciam oito horas por diária, dando remédio, catando piolhos, etc. Gerando entre as professoras certo ciúme.

Que achavam que somente a ação pedagógica era importante no desenvolvimento, esquecendo que a afetividade é algo muito importante no meio social.

Segundo Henri Wallon (1995):

O espaço não é primitivamente uma ordem entre as coisas, é antes uma qualidade das coisas em relação a nós próprios, e nessa relação é grande o papel da afetividade, da pertença, do aproximar ou do evitar, da proximidade ou do afastamento.

Wallon (1995) mostra que a afetividade está sempre presente em todos os momentos, movimentos e circunstâncias de nossas ações, assim como o ato motor e a cognição. O espaço permite a aproximação ou o retraimento em relação a sensações de bem-estar ou mal-estar e para o processo de desenvolvimento infantil se realizar nas interações, que objetivam não só a satisfação das necessidades básicas, como também a construção de novas relações sociais, com o predomínio da emoção, como para o fato de a interação criança-criança representar um espaço do desenvolvimento, fortalecendo a ideia de que a criança é interlocutora e protagonista de seu desenvolvimento. Assim, reitera-se o importante papel desempenhado pelas creches.

Durante o ano letivo, havia para os professores grupo de estudos, como também curso de formação continuada de várias áreas voltadas para a Educação e muitos desses cursos tinham o objetivo de aperfeiçoar a prática docente.

Apesar de todas as práticas vivenciadas na creche, eu não me sentia feliz, pois queria ter minha turma, ser independente sem auxiliar de creche comigo, ter contatos com livros, corrigir cadernos. Porém o perfil de um professor.

Ao mudar de Unidade meu destino agora é a Escola recém-inaugurada. A Escola Roberto Bonifácio de Queirós em Vila Norma, sendo que agora com a divisa de Nilópolis, também Baixada Fluminense.

Onde permaneço atualmente. Agora regente de uma turma da Educação Infantil, nesta escola havia muito a participação dos pais, não tínhamos problemas com a clientela com relação à situação financeira, a diretora autorizava fazer uma lista de material, embora não fosse permitido pela prefeitura, então escolhíamos três itens de cada lista de forma diferenciada, assim como escrevíamos doação para não termos problemas com a determinação da Secretaria de Educação do Município. Todos colaboravam tudo era muito farto e nos trabalhos dos alunos não havia diferença entre a escola pública, e a particular.

Para fazermos a festa do Dia das Crianças, uma vez por mês fazíamos um festival de pipoca com um filme e isso ajudava os professores a fazerem a tão sonhada festa.

No ano de dois mil e cinco passei a lecionar em duas escolas, sendo que a segunda era por opção de deslocamento, porque sempre gostei de fazer novas amizades e conhecer outros bairros do município, assim como a clientela atendida naquela unidade escolar. Porém a vaga para classe de alfabetização sempre estava vazia, pois os colegas professores não queriam, turmas lotadas e falta de material pedagógico onde era nossa grande dificuldade, principalmente os livros didáticos que sempre que chegavam não tinham o número suficiente para os alunos.

Sempre tive vontade de lecionar em uma turma de alfabetização, minha dificuldade era saber, por onde iniciar, sem falar no discurso dos colegas que enfatizava não ter apoio nenhum por parte da família no processo de alfabetização de seus filhos. A criança sozinha dependia apenas do professor que teria que dar atenção a 35 alunos, isso era o maior desafio.

Neste mesmo ano minha escola de origem diminui as turmas de Educação Infantil, agora eram três turmas de alfabetização e apesar de haver orientadora pedagógica, não havia suporte necessário para os professores. Comprei alguns materiais de apoio pedagógico, mas pude contar com ajuda de uma colega que há muitos anos lecionava na classe de alfabetização.

Dividíamos as tarefas da semana, pois tudo era mimeografado, como também o que ela fazia com sua turma eu reproduzia. Não tínhamos nessa época conhecimento sobre a psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro, não compreendendo o processo de construção do conhecimento do aluno e cada vez mais em conjunto dentro de uma técnica mecanicista, com memorização e repetição era nossa prática voltada para alfabetização de todos.

Havia uma competição que eu criava dentro do grupo levando balas e brindes para que demonstrassem interesse, como também separávamos de acordo com avanços dos alunos por grupos, e nisso sem perceber também excluía alguns.

O tempo passou e a turma começou a ler e para incentivá-los fazia muitos ditadinhos e muitos exercícios de separação de sílabas, como contextualizava todos os textos com músicas incluindo algumas atividades confeccionadas por eles para que os pais pudessem me ajudar, compreendendo que pela atividade uma nova letra havia sido lançada. Eu ficava exausta visivelmente no último dia de aula da semana, pois eu tinha uma preocupação enorme em querer que todos lessem ao final do ano, mas não conseguia compreender que cada criança tinha seu tempo.

Consegui alfabetizar vinte oito alunos e isso me deixou muito feliz. No ano dois mil e seis minha segunda Unidade Escolar era agora a Escola Municipal Amélia Barbosa ficava no bairro Parque Araruama divisa com o Município de Caxias, desta vez uma turma do quinto ano, onde no mês de março já haviam passado três professoras pela turma, pois eram muito agressivos e tinham uma líder que logo ao chegar ao colégio foi me comunicando que aquele espaço eles que mandavam e que eu seria a quarta professora a sair.

No primeiro dia foi difícil, minha primeira atitude foi não criar atrito, mas determinar como professora limites a serem respeitados dentro daquele espaço que se encontravam e compreenderem através de um diálogo aberto que havia uma hierarquia. Ignoraram tudo que falei a líder e uma parte da turma retrucava em voz alta mas, pacientemente esperei a hora da recreação, foi quando entrei em ação, solicitei a bola em minha mão amigavelmente.

Todos olharam espantados e comuniquei que estavam a partir daquele dia sem recreação. Finalmente pude compreender através de um diálogo que a maioria tinha grandes problemas, moravam em uma comunidade às margens da Linha Vermelha, situações familiares difíceis como agressão física por padrasto, aluno que dormia em sala porque com a morte do pai e com um irmão realizando tratamento oncológico passou ajudar no sustento da família, onde a escola era para aprender o básico, ou seja, efetuar contas, pois necessitava desse conhecimento, pois trabalhava em um mercadinho local, necessitando dar troco às pessoas que compravam.

No final daquela semana de aula alguns alunos da turma já direcionavam para a forma e deixavam a líder do grupo de lado e mais educada apresentavam-se num tom mais suave de voz me indagavam, quando poderia ser possível a recreação novamente.

Vendo que através do diálogo com todos e que havia a necessidade de alguns em querer ajudar seus pais financeiramente, combinei que toda a sexta-feira teria o momento voltado para a educação artística e todo material que fosse utilizado, preciso eu compraria. Foi a partir desse momento que percebi a mudança do comportamento da turma para melhor, de forma positiva tínhamos uma relação de respeito mútuo, um grupo ia até o ponto do ônibus que ficava numa estrada que cortava o bairro me esperar, passei ser amiga de todos inclusive dando conselhos em certos conflitos que havia com seus familiares tentando ajudar da melhor maneira possível.

A diretora e todos da escola perceberam a diferença da turma, mas isso somente é possível a partir do momento a que você como professor se coloque no lugar do outro para solucionar as dificuldades que se apresentam em nosso cotidiano escolar. Todo material era vendido pelos alunos, em sua própria comunidade, como também no engarrafamento de fim de tarde da Linha Vermelha.

Ao final do ano muitos já sabiam ler e compreender o que liam, pois isso era algo muito difícil no início do ano, onde esses alunos eram classificávamos como analfabetos funcionais.

No ano de dois mil e sete até o ano letivo de dois mil e nove fui para segunda escola, agora no Centro Comercial de Vilar dos Telles. Ao chegar fui direcionada para a turma da classe de Alfabetização, por recomendações de colegas diretoras e orientadoras, sendo que o perfil da turma apresentava-se desta forma.

A turma tinha vinte e duas meninas e oito meninos, sendo que uma inclusa Jaíne de sete anos de idade, sua família veio do Nordeste tentar uma vida melhor, por este motivo vieram para o Rio de Janeiro, como também por ser uma cidade grande havia grande interesse em conseguir tratamento adequado para as filhas.

Sem laudo, a aluna Jaíne foi matriculada em minha sala de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDBEN nº 9.394/96). A LDBEN em 2001, através do Congresso Nacional, inova ao introduzir um capítulo (Capítulo V) que trata especificamente dos direitos dos ‘educandos portadores de necessidades especiais’ (Art. 58) à educação preferencialmente nas escolas regulares e institui o dever do Estado de estabelecer os serviços, recursos e apoios necessários para garantir escolarização de qualidade para esses estudantes, assim como estabelece o dever das escolas de responderem a essas necessidades, desde a educação infantil (Art. 3º).

Jaíne balbuciava, não apresentava oralidade regular, tinha comprometimento motor, perda de equilíbrio para se locomover, necessitando de total atenção. Porém o que mais dificultava era o fato de não ter um laudo que comprovasse sua patologia e por não estar socializada agredia com beliscões e mordidas em determinados momentos.

Para o professor é um grande desafio ter um aluno incluso, ter apenas a ideia que simplesmente é um direito de incluir um aluno na escola regular de ensino, não significa que este estará incluído.

Sendo assim, a primeira ação para que o professor possa lidar com esta situação é o amor e a dedicação a docência, pois para muitos profissionais a inclusão de alunos

tornou-se um problema para a escola, que antes tinha fora de seu espaço escolar essa clientela, negando sua inclusão e hoje esse estado de negação passou para um estado de problematização, onde o profissional sente-se despreparado para atendê-lo e negando estaria desrespeitando uma legislação que ampara todas as suas diferenças.

Reconhecer que um indivíduo possui limitações não significa que não seja participativo e capaz de aprender. Seria um ponto de partida, para refletir como trabalhar as diferenças de modo a satisfazer as necessidades básicas e sua inclusão no meio social.

Essa foi minha grande dificuldade como solucionar a não aceitação por parte dos pais, principalmente quando um aluno levava beliscões, ao aproximar da mesa de Jaíne.

Conversei com a diretora que me abriu para o espaço do diálogo com os pais, explicando que ela tinha os mesmos direitos de seus filhos em frequentar a escola e também que eu contava com a compreensão de todos.

Jaíne precisava ser socializada e o fato de agir dessa maneira com os colegas, era reflexo de uma situação vivenciada todos os dias em sua casa, onde as crianças escondiam todos os seus brinquedos em sua presença, demonstrando rejeição a ela.

Minha comunicação com ela era com gestos e aos poucos nos comunicávamos dessa forma, como também lhe mostrava objetos e repetia o som em voz alta para estimular sua oralidade. Consegui tirar suas fraldas aos poucos, até que conseguiu ter controle fisiológico. Durante as refeições eu dava o alimento em sua boca e com gestos mostrava-lhe como mastigar os alimentos, assim como dizia “papa” para relacionar aos poucos a hora do almoço.

A turma auxiliava a ela em tudo que precisava, mas tudo somente foi possível através de minha mediação como professora. Segundo Vygotsky (1991) o professor é figura essencial do saber por representar um elo intermediário entre o aluno e o conhecimento disponível no ambiente.

Todos os funcionários relatavam aspectos positivos com relação a minha turma, os pais enviavam brinquedos para a aluna, todos passaram ver como uma criança boa e que realmente necessitava de acolhimento por todos nós e isso me deixava muito feliz.

Finalmente sexta-feira era nosso dia diferenciado, havia recreação dirigida, era o dia que eu também mudava meu vestuário levando chinelos para participar juntamente das brincadeiras com todos inclusive com a Jaíne.

Apesar de serem todos muito ativos nas brincadeiras, que havia corrida. Todos tinham total cuidado com a colega, para não machucá-la.

A supervisora registrava em termo os avanços da aluna, assim como sua integração com a turma.

Quando Jaíne foi matriculada uma pessoa responsável pela equipe multipliscinar tentou fazer uma avaliação, para saber se a aluna tinha possibilidade de frequentar a sala de recursos, inclusive conseguiu um agendamento médico no Hospital Sara da Barra, mas o médico constatou ser uma Síndrome, ou seja, algo com vários fatores em sua patologia não tendo uma definição certa do que seria.

Sendo assim seu diagnóstico inicial, processual e final ficaram de total responsabilidade por parte da professora. Ao final do ano Jaíne, falava razoavelmente, estava socializada e integrada com todos.

Como professora posso compreender que as leis que fundamentam o movimento de inclusão por si só não bastam, mas são no cotidiano das escolas, que se verificam as diferenças entre o que é proposto ao professor e o que é feito na prática.

A grande barreira esta no despreparo dos professores do ensino regular em receber esses alunos, sendo como uma das alternativas necessárias a formação desses profissionais o PROSA (Cursos de formação continuada) para que através de sua vivência possa ser um pesquisador de sua própria prática pedagógica. Sendo necessário também o auxílio de uma equipe multidisciplinar (fonoaudiólogos, psicólogos, etc) em conjunto para dar suporte aos alunos inclusos seja qual for sua deficiência, e principalmente um espaço escolar favorável com acessibilidade a todos, havendo assim uma prática pedagógica onde todos estejam envolvidos.

No ponto de vista social há necessidade de parceria com as famílias dos seus alunos, isso traz benefícios a todos, pois pais e familiares, mais do que ninguém conhecem as potencialidades de seus filhos e quando essa ligação é bem integrada na escola, esses pais são excelentes aliados dos professores, no processo de inclusão de seus filhos.

Direcionar ao professor toda reponsabilidade de promover essa inclusão é de certa forma um erro, assim como qualificar a educação para trabalhar com alunos de necessidades educacionais e incluí-los nas escolas regulares requer um trabalho em equipe, com bom suporte para formar profissionais capacitados, bom planejamento pedagógico e uma prática educacional flexível.

É necessário que o professor se reconheça como agente capaz de mudar a realidade da prática pedagógica tradicional, mecanicista, excludente e da construção do projeto político pedagógico fora da realidade da escola.

Capítulo 2: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

2.1: A Formação de Professores para Educação Especial no Brasil

A preocupação com a formação de professores, em geral, é recente na história da educação brasileira, mas a formação de profissionais que contemplasse entre seus temas a educação das crianças com deficiência deu-se ainda mais tarde.

Tendo sido o Brasil Colônia Portuguesa, em um momento em que a centralidade da cultura e da educação localizava-se na França, local onde muitos jovens da colônia iam estudar, os movimentos iniciais de educação de cegos e surdos que ocorreram na França repercutiram no Brasil, gerando o surgimento de instituições especializadas nestas áreas (MAZZOTTA, 2011).

Nos registros existentes quanto à origem da criação e na direção dessas instituições, os profissionais têm sua formação na área médica. No atendimento a essas crianças que ao lado de professores como Noberto Souza Pinto, iniciaram a realização de estudos e aplicação de técnicas pedagógicas de base sensorialista, como as desenvolvidas por Sèguin, na França e aperfeiçoadas pelo Doutor Bourneville que desenvolveu um conjunto de aparelhos educativos.

Dessa forma, os primeiros documentos de teorização sobre o assunto, nascem da mão de médicos, mesmo quando apresentavam procedimentos e técnicas do âmbito pedagógico.

Nesses trabalhos, enfatiza-se que a responsabilidade do atendimento a essas crianças é da competência do médico, atuando o professor ou pedagogo, como apoio complementar, concepção que permanecerá por muitos anos em nossas instituições e no imaginário das famílias de crianças com deficiência.

Esses profissionais da área médica, que começam a ocupar-se da educação de crianças com deficiências passam também a ser influenciados pelos estudos e pesquisas desenvolvidos nos laboratórios de Psicologia Experimental que se difundiam por toda Europa e Estados Unidos.

Durante o período de férias escolares o psicólogo italiano Ugo Pizzolin é convidado a ministrar um Curso de Psicologia Aplicada à Educação da Escola Normal de São Paulo em 1914 ministrando também cursos de Antropologia e Psicologia Pedagógica, aos professores e Diretores do Estado.

Elaborando também a Carteira Biográfica Escolar, onde eram registrados os dados familiares, referências médicas, mensurações variadas, dados físicos, psicológicos, enfim vários elementos de onde se pretendia inferir a “normalidade” ou anormalidade das crianças e daí trocar o método e a didática para seu ensino.

Dentro desse contexto, além do conhecimento precário sobre a deficiência tantas vezes confundida com a doença mental.

A própria formação de professores era ainda incipiente, fruto de experiências isoladas, atrelada a esparsas iniciativas oficiais, não havendo nenhum registro de qualquer curso específico para a preparação de professores especializados para o ensino desses “ANORMAIS” apenas a inserção da disciplina Higiene escolar, no Currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro em 1919 (JANUZZI, 2004, p. 96).

Na década de 1930 é marcada em termos educacionais no Brasil, pela influência do movimento renovador dos “Pioneiros da Educação Nova”. Esses educadores trazem alterações relevantes a todo processo de formação de professores, destacando que parte dos teóricos que embasavam os estudos do movimento da Escola Nova, já influentes entre nós desde os anos de 1920, iniciaram seus estudos e pesquisas a partir do trabalho com crianças “Excepcionais” como é o Casio de Montessori e Decroly.

Isso contribuiu para que, no código de Educação do Estado de São Paulo apresente a primeira manifestação governamental sobre a Educação Especial, porém, iniciativas oficiais de formação de professores especializados na área da deficiência mental são muito restritas.

De acordo com Mazzotta (2011), em Minas gerais e no Rio de Janeiro, Helena Antipoff realizou cursos para professores de crianças com desvio de conduta e o primeiro curso de Logopedia Ciência que tem por fim a correção dos defeitos de pronúncia que se observam nas crianças.

Em 1948, realizou outros cursos atendendo a professores rurais em exercício, professores de instituições especiais e de reformatórios, contando assim com o aperfeiçoamento de cursos e financiamento de Secretarias de Educação.

Em 1953 a Sociedade Pestalozzi, organizou o primeiro Curso Intensivo de Especialização de Professores realizado anualmente no período de férias escolares.

No Rio de Janeiro a formação de professores para educação de surdos e cegos, já encontrava ações pontuais no Instituto Nacional de Surdos e no Instituto Benjamin Constant, Antigo imperial, Instituto dos Meninos Cegos.

- Em 1947 o IBC ministrou em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o primeiro curso para professores de cegos e uma especialização em didática especial de cegos e amblíopes (Enfraquecimento da visão sem que haja lesão aparente no globo ocular).
- A partir de 1954 realizou cursos para professores e inspetores de ensino, que tiveram a participação de professores de vários estados do país e que tinham em seu currículo temas como a Psicologia do Cego, Psicologia da Cegueira e Psicologia Educacional do Cego.
- No período de 1951 a 1961, o Instituto Nacional de Surdos e Mudos, atual INES, realizou o Curso Normal de Formação de Professores Surdos, de nível Médio de três anos de duração.
- Em 1967 foi criada a Unidade de Educação Especial, na Escola Caetano de Campos para formação de professores nas quatro áreas de especialização aí definidas: Auditiva, Mental, visual e Física, em um único curso, com 02 anos de duração, ao contrário dos anteriores que tinham 01 de duração.

2.2: PNEEPEI

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, PNEEPEI, 2008) trata, de forma geral, de cinco temas:

1) Retoma alguns marcos históricos acerca da educação especial, mencionando algumas leis criadas neste contexto fazendo uma retrospectiva dos decretos e leis que tratam das especificidades da inclusão de alunos portadores de NEE;

2) Traz um diagnóstico da educação especial no Brasil e os dados do Censo Escolar de 2006 na educação especial;

3) Explicita o objetivo do documento como sendo o de assegurar a inclusão escolar de alunos e, em seguida;

4) Define quem são os alunos que devem ser atendidos pela educação especial para enfim;

5) Apresentar as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Os alunos inclusos, na realidade vêm ocupando um lugar apenas na classe regular de ensino, com direito a serem matriculados como determinado em lei, mas dentro de uma prática de inclusão excludente.

Onde dentro da escola professores e funcionários sabem da existência das leis, porém não sabem como lidar com a situação. Sabe-se que não se pode recusar matrículas desses alunos, e a dificuldade do professor em lidar com essa situação, significa um aluno que não se pode enquadrar quanto a perspectiva das possibilidades e capacidades como descreve a lei, enriquecedoras de trocas, com valores positivos que na realidade ignora o reconhecimento da diversidade e respeito às diferenças.

Outra dificuldade refere-se aos itens adaptados, que por lei deveriam estar sendo proporcionados aos alunos, com necessidades educacionais especiais como: currículo, metodologias, técnicas recursos, avaliação, dentre outros.

Mudar seria uma mudança no sistema educacional e principalmente as práticas docentes, sendo uma questão difícil, que envolve preparação e dedicação. Percebe-se ainda, por meio de situações do cotidiano, pensar melhor na educação inclusiva.

Sendo o professor de grande importância em sua formação continuada, através de pesquisa em livros e na internet, como a participação em eventos que discutam a questão da inclusão, como vistas ao seu aperfeiçoamento profissional.

Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano e suas diferenças e que possibilitem a eles estar na escola, interagir, socializar-se e aprender, as políticas estarão cumprindo o seu papel.

2.3: Des (encontros) Teóricos sobre a Educação Inclusiva

A criação e a implantação de políticas de inclusão no sistema de ensino tem-se apresentado como um grande desafio para as administrações públicas assim como a formação dos professores para atuar com esses alunos nas escolas regulares. Trata-se de uma formação que implica uma profunda reflexão sobre o papel da escola numa sociedade marcada por segregações e exclusões das mais diferentes ordens, sobre o trabalho docente.

Nesse contexto, além de práticas pedagógicas inclusivas, a inclusão de alunos vem mobilizando a sociedade e toda comunidade escolar frente a esse novo modelo de escola, onde todos os alunos devem estar incluídos nas salas de aula. Esse movimento

faz com que a escola reflita sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço, até uma mudança na organização de todo trabalho pedagógico da escola.

A Inclusão tem um sentido de colocar esse aluno dentro da estrutura da qual faz parte por direito, sendo a escola e a família a ponte para estabelecer essa inclusão.

Para termos uma escola inclusiva é preciso apenas pensar com o outro, é preciso de reflexão-ação crítica dos profissionais que fazem o ato educativo acontecerem. Não é uma tarefa fácil, de resolver na prática, embora busque na escola melhor qualidade para todos.

O modo de pensar dos professores é muito importante para se compreender como e por que as pessoas agem do modo pelo qual o fazem. Essas ideias podem servir tanto de obstáculos para mudanças como também oferecer quadros de referência, e até pontos de partida, para interpretar e avaliar novas informações.

O investimento na formação de professores, a partir da Perspectiva de Educação Inclusiva, deve passar pelo conhecimento da realidade dos professores atuantes que visam promover ações que garantam não apenas o acesso do aluno com deficiência na escola, mas sua permanência e apropriação do conhecimento.

Infelizmente, na prática os Programas de Formação Continuada proposto pelo Governo Federal, pelas características apresentadas, ou seja, realização de cursos de pouca duração que pouco ou nada têm haver com as necessidades dos professores e os seus contextos trabalhados, não tem o objetivo de formar profissionais com novas práticas, mas apenas disseminar a ideia da “Educação inclusiva”.

Nesse sentido, há necessidade da formação continuada de professores para Educação Inclusiva requer mudanças nas práticas convencionais, apontando para um processo de formação em que o professor seja um pesquisador reflexivo sobre seu fazer pedagógico. Nesse sentido, há necessidade de ser estabelecida uma política de formação inicial e continuada de professores, elaborada com a participação dos funcionários da escola, com base em novos fundamentos teórico-metodológicos que possibilitem ao professor refletir sobre os seus saberes e as suas práticas e ser participante de sua identidade profissional.

Os alunos inclusos, na realidade vêm ocupando um lugar apenas na classe regular de ensino, com direito a serem matriculados como determinado em lei, mas dentro de uma prática de inclusão excludente.

Onde dentro da escola professores e funcionários sabem da existência das leis, porém não sabem como lidar com a situação. Sabe-se que não se pode recusar matrículas desses alunos, e a dificuldade do professor em lidar com essa situação, significa um aluno que não se pode enquadrar quanto a perspectiva das possibilidades e capacidades como descreve a lei, enriquecedoras de trocas, com valores positivos que na realidade ignora o reconhecimento da diversidade e respeito às diferenças.

Outra dificuldade refere-se aos itens adaptados, que por lei deveriam estar sendo proporcionados aos alunos, com necessidades educacionais especiais como: currículo, metodologias, técnicas recursos, avaliação, dentre outros.

A implantação das determinações da lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN), no que se refere à oferta da educação Especial, preferencialmente na rede regular de ensino das ações e metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), no que tange a essa modalidade de ensino e das orientações estabelecidas pelas diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica, acarretou uma série de demandas em nível federal, estadual e municipal para atender essas determinações.

Dentre essas demandas é possível destacar: a implantação e/ou aperfeiçoamento de serviços especializados para crianças, jovens e adultos com NEE na rede regular de ensino, seja nas classes regulares, seja em salas de recursos; a qualificação de profissionais para atuarem com esses alunos na escola, a qual tem implicado, para muitos desses profissionais, uma ressignificação do papel da escola e da Educação especial nesse contexto, bem como a apropriação das novas práticas pedagógicas. Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano e suas diferenças e que possibilitem a eles estar na escola, interagir, socializar-se e aprender podemos acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel.

Capítulo 3: O CMEI Armando de Oliveira

3.1: Origem e Contexto da Escola

O CMEI Armando de Oliveira foi à escola escolhida por estar próximo ao Centro de São João de Meriti, e por encontrar alunos inclusos em salas de ensino regular e uma sala de recursos.

A busca nessa escola foi uma tentativa de investigar e questionar a proposta de inclusão que atualmente vem sendo desenvolvida, com um olhar para os projetos político- pedagógicos, para a estrutura física e os recursos humanos da escola selecionada. Questões como essas propostas por meio de inquietações em supostamente saber em que medida a inclusão está ocorrendo nas práticas cotidianas da Unidade Escolar no Município de São João de Meriti.

Para isso se fez necessária à pesquisa de campo através de entrevista, e a utilização no seu desenrolar, de observações em salas de aulas regulares com alunos inclusos, e de alunos frequentadores da sala de recurso. A escola estudada atende uma clientela que em sua maioria faz parte da classe baixa.

Quanto aos portadores de necessidades especiais, verificam-se as mais diversas necessidades, muitos alunos sem laudo médico comprovando realmente sua patologia, e trabalhar com essas peculiaridades não é uma tarefa fácil, principalmente para o professor.

Pois há de pensar e estudar como cada criança na particularidade desenvolve seu raciocínio no processo de ensino-aprendizagem. Para isso se faz necessária a busca por recursos pedagógicos para que esse trabalho seja desenvolvido da melhor forma e que produza significados na escolarização desses alunos.

Pode-se observar, por meio das falas das professoras, o quanto é desafiador lidar com a inclusão, mas como também é significativo para sua formação pessoal. Uma das professoras fala a respeito da dificuldade encontrada no início, mas hoje, embora isso ainda seja um desafio, ela a professora mais antiga da escola, se sente mais preparada para lidar com esse processo, como trabalhar a turma e se preparar para receber essa criança especial.

Numa conversa com outra professora, que trabalha na sala de classe regular, ela tem dificuldade em ter alunos inclusos em sua sala, pois, embora ache que a inclusão

seja algo importante, diz ser pena o fato de todos não estarem preparados para isso. A começar pela família, que muitas das vezes nem aceita as dificuldades de seus filhos, o que acaba dificultando o trabalho a ser desenvolvido pela escola. E a importância de procurar capacitações e recursos para trabalhar em sala de aula com essas crianças, como também o fato da escola estar voltada para a inclusão, de certa forma auxilia no seu desenvolvimento, pois faz sentir-se apoiada em seu trabalho.

E o mais importante para as professoras é verem os resultados significativos com relação a essas crianças portadoras de necessidades especiais. Por meio de observação e entrevista nessa escola, foram detectadas questões importantes, que nos faz refletir a respeito da inclusão. Uma delas é o empenho da escola em buscar possível forma de realizar o processo de inclusão com efeitos positivos. E como os pais veem a inclusão como algo importante, e que a escola tem que se preparar para isso.

Embora a escola esteja empenhada em proporcionar a inclusão, algumas questões que se apresentam no cotidiano escolar demonstram ainda a falta de recursos oferecidos e de preparo dos professores para lidar com a situação. Mas quando a escola por sua vez, se interessa e se dedica a encontrar caminhos para melhoria do seu ensino, esta contribui para o processo de inclusão.

A maior parte da comunidade escolar vê a escola como algo positivo, mas em sua maioria se dá conta de que a escola e seus profissionais ainda não estão totalmente preparados para que de fato ocorra a inclusão por completo e que esses alunos que apresentam dificuldades alcancem com sucesso a educação que é para todos. Percebe-se nas falas das professoras que elas ainda de um modo geral não estão preparadas, mas que buscam meios para lidar com a inclusão desses alunos.

O município de São João de Meriti possui 36 escolas com salas de recursos multifuncionais para alunos inclusos na rede regular de ensino. Através do MEC os professores frequentam cursos de formação continuada, tendo aproximadamente 200 profissionais nessa área.

O Prosa em Meriti existe desde 2010 e tem o objetivo de incentivar o profissional a continuar seus estudos, compartilhando e ampliando o ensino e a aprendizagem. Os cursos são na modalidade presencial e não presencial, com atividades práticas e estudo complementar, viabilizando uma melhor intervenção do profissional junto a seus alunos e comunidade escolar.

Os alunos também possuem atendimento no município de uma equipe multidisciplinar, CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) com psicólogos, fonoaudiólogos, etc.

O município possui uma Inclusoteca para os alunos, com diversos tipos de materiais diversificados. Um acervo de recurso pedagógico para os psicopedagogos da rede. Mantido com recurso do próprio município.

O Município também oferece uma Unidade Escolar focada nos alunos Autistas Escola Municipal Mariza e o Ciep 180 com profissionais especializados para a clientela de alunos surdos e cegos, onde a Unidade escolar prepara esses alunos para a inclusão na sociedade. Há também no município Classe Especial de Eja (16 anos) no curso diurno.

Para que se concretize a inclusão como um todo é necessário realizar um trabalho gradativo, que demanda tempo e grandes modificações que foram construídas ao longo de muitos anos e que não serão transformadas de repente, mas num longo processo, difícil de ser conduzido e realizado com garra e perseverança. Esse acontecimento não depende somente do professor ou da escola, mas de algo maior, de uma política mais elaborada, do cumprimento na íntegra e do desempenho de todos os envolvidos na busca para que a inclusão aconteça de fato.

3.2: Os desafios do professor frente às políticas públicas

A declaração de Salamanca (1994) que constitui uma mudança nos paradigmas da escola Integrativa para Escola Inclusiva, vem se tentando uma lenta caminhada, com muitos obstáculos, entre eles a falta de recursos, a falta de preparação docente, a falta de adequação dos currículos.

Ter apenas a ideia de que simplesmente é um direito de incluir um aluno na escola regular, não significa que este estará incluído. Sendo assim o amor e a dedicação à docência é na verdade o primeiro passo para que o professor possa lidar com a situação, pois para muitos profissionais a inclusão de alunos com necessidades especiais tornou-se um problema para a escola, que antes tinha fora de seu espaço escolar essa clientela, negando sua inclusão e hoje este estado de negação passou para um estado de problematização, onde este profissional sente-se despreparado para atendê-lo e negando estaria desrespeitando uma legislação que ampara todos apesar de suas diferenças.

O termo inclusão não significa simplesmente matricular alunos com necessidades especiais na classe regular de ensino, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar suporte a escola e ao docente em formação continuada, como também uma equipe multidisciplinar para auxiliar o professor com os alunos portadores de deficiência, e um espaço favorável a esses alunos.

Como também uma escola inovadora com uma prática pedagógica onde todos estejam envolvidos. No ponto de vista social a parceria com as famílias dos seus alunos, traz benefícios para todos, pois os pais e familiares, mais do que ninguém conhecem as potencialidades de seus filhos e quando essa ligação é bem trabalhada na escola, esses pais são excelentes aliados dos professores, com vistas à inclusão escolar dos filhos.

Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma adequação do currículo, com modificação das formas de ensinar, avaliar, trabalhar com grupos em sala de aula e criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de pessoas.

As políticas públicas que sustentam a “escola para todos” seguem um modelo universalista na gestão (ampliação do acesso) e relativista no currículo (com diferentes trilhas de formação, como estratégias para sustentar a permanência) numa lógica de confrontar os sujeitos ao sistema educacional. É necessário que o professor, reconheça como agente capaz de mudar a realidade da prática pedagógica repetitiva, do currículo mecânico e desinteressante, da avaliação classificatória e excludente e da construção do projeto político pedagógico fora da realidade da escola.

Outro aspecto que tem de se levar em conta para mudar o desenho desse quadro de integração que apresenta concepções e pensamentos contraditórios no que diz respeito à educação de todos é a diferença de pensamentos entre teoria e prática. Não se faz inclusão escolar sem uma união entre essas instâncias.

Apesar dos avanços da ideia de se colocar em prática os projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino não implementam ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com inclusão. O que se vê na realidade são documentos que até contemplam a inclusão, porém a realidade na prática é precária e inadequada para atender as necessidades apresentadas. Uma das maiores dificuldades no cotidiano dos professores é perceber que a falta do conhecimento e preparo dos professores em relação a como trabalhar com os alunos inclusos, portadores de alguma deficiência é muito difícil, uma delas é a falta de informação na hora de receber o aluno

a falta de um "laudo médico" especificando a sua patologia, dificultando o direcionamento nas atividades diárias.

A falta de uma formação específica resulta em uma sensação de incapacidade no professor em relação a inclusão destes alunos na sala de aula. É na formação diferenciada dos profissionais de educação que os professores descobrem o valor de ensinarem, utilizando a troca de experiências e a interação com as famílias um elo importante para que o professor possa reconhecer seus alunos como seres capazes e assim possa haver soluções em conjunto com o apoio da escola e demais funcionários.

Em seguida a falta de acessibilidade nas escolas (estrutura física) materiais pedagógicos e principalmente a dificuldade desses professores interagirem com esse aluno em classes regulares de ensino.

A sala de recurso é uma sala, provida com materiais existentes em muitas escolas que não são polos específicos para receberem esses alunos com vários tipos de deficiências, os alunos são atendidos em pequenos grupos e horários onde o professor não tem ao seu lado um ajudante de turma para auxiliar não somente nas atividades pedagógicas dirigidas em sala como também conduzir o aluno em suas dependências escolares, havendo necessidade no horário de aula de um familiar, para que estas atividades possam ser exercidas.

Embora no município haja um transporte para atender esses alunos com necessidades especiais, esse transporte não é de acesso para todos os alunos, dificultando à frequência desses alunos a escola, dependendo de seus familiares para que isso aconteça.

Quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em suas diferenças, que possibilitem a eles estar na escola, interagir e socializar-se e aprender, pode acreditar que as políticas estarão cumprindo o seu papel, não basta o aumento de matrículas em escolas regulares com alunos inclusos (seja qual for o tipo de deficiência). Mas uma escola para todos e de qualidade.

3.3: A Estrutura do CMEI Armado de Oliveira

A escola possui dois turnos, encontra-se adaptada em sua estrutura para receber alunos cadeirantes. Existem alguns jogos pedagógicos e de Encaixe na escola. Há uma

sala de recursos e uma classe de alunos com surdez, onde a professora ensina Libras a esses alunos.

Na sala de ensino regular há alunos incluídos, onde a professora da turma é responsável em todos os momentos com esse aluno, auxiliando em todas as tarefas do cotidiano escolar.

Existe uma equipe multidisciplinar que visita a Unidade de quinze em quinze dias para auxiliar esses alunos e acompanhar seu desenvolvimento em suas atividades diárias, com relação ao aspecto motor e cognitivo.

A grande dificuldade é no que refere-se a patologia desses alunos, principalmente para o professor que tem esse aluno incluído, buscando através da família informações sobre essa criança, já que muitas das vezes não existe um laudo médico definido.

Em termos pedagógicos há o aluno que mesmo cadeirante, apesar de suas limitações consegue acompanhar a turma em termos de conteúdo, como também o aluno que é destinado a sala de recursos e não consegue socializar com os colegas dependendo unicamente da professora. Que dependendo do comportamento desse aluno, sua carga horária de aula é reduzida (pela equipe multidisciplinar através de um relatório descritivo) justificando assim essa necessidade, para que possa atender os outros alunos.

É um trabalho extremamente difícil, pois não há um auxiliar de turma para que esse aluno possa ser deslocado ao banheiro, refeitório. Caracterizando a falta de recursos humanos adequados e materiais, tornando-se um obstáculo para o professor no contexto do conjunto escolar.

Depositando toda responsabilidade a esse professor e dependendo de cada particularidade a presença do responsável se faz necessário no ambiente escolar, que ficam insatisfeitos por não terem algo para preencher seu tempo nesse período de aguardo no pátio, assim como um trabalho voltado para eles como: oficina envolvendo artesanato, trabalhos manuais para passarem o tempo.

A formação continuada do professor é sem dúvida alguma, uma das premissas fundamentais para que a inclusão aconteça de forma satisfatória, algo essencial nesse processo, pois promove a aquisição de conhecimentos e competências, bem como a reflexão acerca do tipo de discurso que se produz na prática.

Na prática o professor não pode limitar-se a isso precisa e necessita ser um investigador de sua realidade e buscar soluções, ou melhor, caminhos para que sua

prática pedagógica vá de encontro a esse aluno em seu cotidiano, para que possa ser integrado da melhor maneira possível ao grupo. Há um empenho muito grande por parte desses professores da Unidade Escolar em ver o progresso desse aluno em todos os sentidos, que participam das festas escolares incluindo danças, como atividades de pintura livre e exposição dos trabalhos sem distinção dos demais colegas, valorizando seus trabalhos.

Considerações Finais

A criação e a implantação de políticas de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), no sistema público de ensino têm-se apresentado como um grande desafio para as administrações públicas. Estudos têm apontado que propostas que avançam em relação a esse desafio que não pode ser mudado, estão ligadas a um investimento significativo na formação dos profissionais para atuar com esses alunos nas escolas regulares.

No Brasil a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 prevê, no Artigo 4º Inciso III. “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Embora esse tenha se constituído num passo importante, no Brasil o atendimento proposto não se estendeu a todos que, efetivamente, o necessitam.

Segundo dados contidos na Política de Educação Especial, foram atendidos no país em 2006, 700.624 alunos que apresentavam necessidades especiais, sendo que, desses 375.488 estavam em escolas especializadas e 325.136 em escolas regulares (BRASIL, 2008).

Assim embora possa ser reconhecido o grande esforço no sentido de ampliar o acesso às escolas regulares principalmente às escolas públicas, onde ocorreu um crescimento acentuado nas matrículas em classes regulares, em relações há anos anteriores, o atendimento ainda está bem aquém da demanda em potencial, segundo o Censo de 2000. Esse previa a existência de 24.600.256 pessoas com deficiência na população brasileira, sem considerar nesse contexto as demais pessoas com necessidades educacionais especiais (MARTINS, 2008).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), no artigo nº 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades.

Embora a escola esteja empenhada em proporcionar a inclusão, entendendo como avanços na educação especial, algumas questões que se apresentam no cotidiano escolar demonstram ainda a falta de preparo para lidar com tal situação.

Para os professores trata-se de uma formação que implica uma profunda reflexão sobre o papel da escola, numa sociedade marcada por segregações e exclusões das mais diferentes ordens, sobre o trabalho docente nesse contexto, além das práticas pedagógicas inclusivas. Nessa perspectiva, afirmamos que a mudança na cultura escolar será necessária, e isso passa por uma postura na própria rede municipal, integrada com a formação continuada de professores.

Sabe-se que, para se modificar um sistema de ensino tem que haver uma mudança significativa em todo âmbito educacional, de forma a beneficiar as escolas. Havendo necessidade entre outros aspectos de um investimento mais substancial na formação dos docentes para atuar, de maneira adequada frente à diversidade do alunado. A possibilidade de utilizar a minha experiência docente na pesquisa já é um avanço nessa direção e que de alguma forma contribui para o processo lento e gradual de novas práticas pedagógicas na escola.

Através dessa pesquisa, compreendo que a inclusão está cada dia se expandindo por meio das políticas públicas assim como os meios de comunicação, onde a sociedade busca pela igualdade de direitos e reconhecimento, porém as práticas cotidianas, principalmente no ambiente escolar demonstram que ainda precisamos como professores trabalhar bastante para que isso ocorra de fato, pois, observa-se através dessa pesquisa que a estrutura da educação inclusiva ainda é precária e para modificar um sistema de ensino, tem que haver mudança significativa em todo âmbito educacional, de forma a beneficiar as escolas. A educação inclusiva envolve diversos fatores, como a transformação da cultura escolar, mudanças no currículo, disponibilidade de materiais didáticos de apoio, formação docente, financiamentos e outros mais.

O conjunto de aspectos a serem contemplados vai influenciar também na qualidade da educação e, em decorrência, na educação inclusiva. No caso da escola pesquisada, pode-se perceber algumas práticas dessa forma de atuar, entretanto, ações

de natureza estrutural devem ser contempladas em paralelo a formação de professores, juntamente com uma mudança em relação a construção de projeto político pedagógico em conjunto com a comunidade escolar. Uma outra escola para uma outra sociedade, ou seja, a inclusão remete a acreditar na mudança como construção social.

A implementação de um sistema de educação inclusiva não é uma tarefa simples; para oferecer um ensino de qualidade a todos educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade (FONTES, PLETSCH; BRAUN, GLAT, 2007, p. 5).

Embora à escola se mostre empenhada na busca da inclusão, através de projetos com os alunos, professores e funcionários e um pouco com a família desses alunos, para que o trabalho se desenvolva melhor, reconhece que ainda não está totalmente preparada para que a inclusão ocorra por completo. Principalmente os professores que se mostram inseguros diante do trabalho com inserção de alunos portadores de necessidades especiais em suas salas de aula, mas buscam recursos próprios que auxiliem em seu trabalho, mostrando-se empenhados para que a educação aconteça de fato.

Sabemos que a inclusão é um processo que implica em modificações, principalmente em nossa sociedade, que traz marcas de exclusão devido ao longo processo de discriminações em que essas pessoas que são envolvidas apresentam alguma deficiência. E modificar algo construído durante anos não é um processo fácil, pois desafia nossa identidade formada nos moldes da exclusão.

Com o decorrer do tempo e as mudanças no pensamento a respeito da escolarização das pessoas portadoras de necessidades especiais, alguns avanços foram realizados, como leis, políticas públicas que determinam mudanças no campo educacional.

A verdadeira inclusão escolar não é, apenas, uma obrigação, deve ser um ato normal, pois estamos lidando com seres humanos ainda com algumas limitações, em processo de desenvolvimento intelectual, hoje, fortemente identificado com a relação histórico-cultural, que nos ajuda na perspectiva de sujeitos singulares com a própria história com o mundo.

Porém, enquanto esse pensamento não for hegemônico conta-se com as leis que asseguram os direitos aos sujeitos com deficiências e a esperança que esse objetivo seja

alcançado. Fazer a nossa parte como educadores já é um começo, ampliando nossas visões e conhecimento através das experiências no cotidiano escolar, em curso de formação continuada, dessa forma nos tornando capazes de contribuir de alguma forma, para que a Inclusão ocorra na escola.

Referências Bibliográficas

BRASIL. PNEEPEI. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 16/10/2014 as 14h20m.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 18/10/2014 às 21h50m.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 2, De 11 De Setembro De 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 12/10/14 às 13h15m.

CAIADO, R.M. K.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Orgs.) Professores e Educação Especial: formação em foco. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 2011.

CAIADO, R.M. K.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Orgs.) Professores e Educação Especial: formação em foco. Vol. 2. Porto Alegre: Mediação, 2011.

CARTOLANO, M. T. P. Formação do Educador no Curso de Pedagogia: a Educação Especial. Cadernos CEDES, Nº 46 – A nova LDB e as necessidades educativas especiais, p. 29-40, set. 1998.

CARVALHO, R.E. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FONTES, R. S.; PLETSCH, M. D.; BRAUN, P.; GLAT, R. . Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular. In: GLAT, R. (Org.) Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

GLAT, R. Um Novo Olhar Sobre A Integração da Pessoa Deficiente. In: M. T. E. MANTOAN. (Org.). A Integração de Pessoas com Deficiências: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema. São Paulo: Mennon Edições Científicas, 1997.

JANUZZI, G. M. A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

JESUS, D. M. (Orgs.) Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MARTINS, L.A.R. Educação e diversidade: um breve preâmbulo. In: MARTINS, L.A.R. (Org.) Escola inclusiva: pesquisa, reflexões e desafios. João Pessoa: Ideia, 2008.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e Políticas Públicas. São

Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, E. C. Territórios das Escritas do Eu: pensar a profissão – narrar a vida. Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 213-220, maio/ago. 2011.

VYGOTSKY, L. S. A Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WALOON, H. Uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil. Petrópolis, Vozes, 1995.

Anexo A

Entrevista com a Diretora da CMEI Armando de Oliveira

Escola: CMEI Armando de Oliveira

Endereço: Rua Januária, S/Nº

Diretora: Débora

Nº de alunos atendidos: 400 alunos

Nº de alunos incluídos ou de turma de educação especial?

Incluídos: 6 Turma de educação especial: 18

A escola é: (X) Municipal () Estadual () Particular () _____

1) A escola possui uma turma de Educação especial ou alunos incluídos em turmas regulares?

O CMEI Armando de Oliveira possui tanto alunos incluídos, quanto uma turma de educação especial. Os alunos que são incluídos estão no 1º, 2º e 3º ano do ciclo.

2) Como é a distribuição do espaço físico?

A escola tem um espaço amplo, com uma média de 10 salas, refeitório e banheiros, além da sala dos professores e a sala da turma de educação especial, que é anexa ao prédio da escola e possui um banheiro adaptado para portadores de deficiência física.

3) Qual seria a proposta pedagógica da instituição?

A proposta pedagógica, é baseada na teoria interacionista, tem projetos e subprojetos e o professor tem autonomia. O Planejamento anual é elaborado em conjunto com a equipe de professores, coordenadores e orientadores.

4) Quais profissionais estão envolvidos na educação especial da instituição?

“A escola toda”. A educação especial faz atividades de socialização com outras turmas, e isso faz com que outros professores e educadores em geral, se envolvam no projeto.

Todo dia, eles (turma de educação especial) realizam alguma atividade junto com os alunos das turmas regulares, brincam no parquinho, fazem rodas de contação de histórias, ensaiam para a festa de natal..

Em relação aos profissionais de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, segundo a prof.^a Ellen, os alunos que buscam por sua conta esses atendimentos, por meio da CAEE, antigo, CIME, e são encaminhados para os esses atendimento em outros espaços, quando há disponibilidade.

5) Qual o critério para escolha dos profissionais que vão atuar com a educação especial?

Não há seleção específica feita pela escola ou pelo município, para a escolha dos profissionais, que irão trabalhar com a educação especial, no caso da professora Ellen Moura, 25 anos, que é concursada (Estatutária) da prefeitura de São João de Meriti, ela

escolheu trabalhar com a educação especial e tem Graduação em Normal Superior e em Pedagogia, e está cursando pós-graduação em Gestão escolar integrada e fez também o curso do PROSA, de educação inclusiva e diversidade, que é oferecido pela prefeitura de São João de Meriti, para os profissionais que irão trabalhar na área de educação especial, está com a turma de educação especial desde março de 2012.

6) O aluno incluído tem atendimento exclusivo ou recebe o mesmo atendimento dos outros alunos?

O aluno com deficiência recebe praticamente o mesmo tratamento dos outros alunos, uma das diferenças, é que o seu horário, em sala de aula é reduzido, esse aluno estuda de 07h30min às 10h20min, e os alunos sem deficiência, estudam até às 11h30min, no caso do turno da manhã. A professora da turma com aluno incluído trabalha sozinha e não tem ninguém que possa lhe auxiliar com o aluno incluído.

7) O aluno com deficiência tem atendimento para a sua deficiência? Quais tipos de atendimento são oferecidos?

Na escola não há uma equipe multidisciplinar que atenda os alunos com deficiência, há uma supervisora do CAEE, que é professora da rede e estão cursando pedagogia, que comparece quinzenalmente na escola pra observar os relatórios dos alunos, feitos pela professora.

8) Como é a acessibilidade da escola?

A escola possui rampas e banheiro adaptado para os alunos com deficiência.

9) O aluno incluído possui mediador? Se sim, quem custeia esse mediador e qual seria o papel desenvolvido por esse mediador?

Não existe a figura do mediador no CMEI Armando de Oliveira.

10) Foi realizada entrevista com alguma família, professor, coordenador, ou aluno? Se sim, Comente.

Conversamos com mães de alunos com deficiência enquanto elas aguardavam seus filhos.

Obs: Nomes alterados para não identificação.

Cristian, 8 anos?

Segundo a mãe, Cristian é trigêmeo, sendo que dessa gravidez, um gêmeo morreu, a outra não possui nenhuma deficiência, e o Cristian, possui deficiência mental, nasceu de 6 meses e meio, é um pouco agressivo, e por isso não fica o tempo integral com os alunos da turma de educação especial, estuda de 07:30 às 10:00h, e está na escola há 2 anos, segundo a mãe também é agressivo em casa e a mãe acha que seu aprendizado é muito lento, segundo ela ele ainda não sabe ler, nem escrever.

Priscila, 8 anos

Segundo a mãe, nasceu com síndrome de Prader-Willi, que pode causar obesidade, interfere no crescimento e na agressividade, a mãe relata que quando a menina nasceu e com o seu desenvolvimento ela foi percebendo, que a Priscila era “mole” e que ela tinha algum “problema”, o diagnóstico da Síndrome veio quando sua filha tinha 1 ano de idade. A menina andou com 3 anos com a ajuda de muitos tratamentos: fonoaudiologia, terapia, entre outros.

A mãe diz que após a sua entrada na escola, Priscila, que usava fralda, largou a fralda e passou a falar, o que ela não fazia antes de entrar na escola, e se relaciona bem com os outros colegas. A aluna fica o tempo integral do turno da manhã na turma de classe especial;

Gabriella, 7 anos

Segundo a mãe, Gabriela até os 2 anos teve o seu desenvolvimento normal, e após essa idade, ela começou a ter perdas no seu desenvolvimento, perdeu o controle do tronco, passou a ter tremores (ataxia), e é cadeirante.

Gabriel Henrique, 7 anos

Segundo a mãe, tem encefalopatia, e é autista, ouve, mas não fala, a mãe diz que desde 1 ano desconfiava que “ele tinha alguma coisa”, mas só descobriu com 3 anos, entrou na escola com 4 anos e é incluído em turma regular. Segundo a mãe após a sua entrada na escola a socialização melhorou, mas ele fica muito perdido na turma inclusiva, segundo ela, o Gabriel, era da turma de educação especial, mas fizeram uma avaliação e o colocaram em turma inclusiva (1º ano do ciclo). A mãe do Gabriel, Joyce, diz que ano que vem (2014), pretende tirar o Gabriel do CMEI Armando de Oliveira, devido à distância, mas diz que vai matriculá-lo em outra escola, que tenha mais recursos.

No geral as mães dizem que a escola ainda precisa de recursos e materiais didáticos específicos, para o desenvolvimento das habilidades motoras e cognitivas dos seus filhos, que possuem alguma deficiência. Segundo elas, os professores fazem o que podem, mas não podem dar conta de tudo e o município de São João de Meriti não fornece esses materiais. Questionam que a prefeitura não oferece tratamento especializado para seus filhos, e que precisam ir a outros municípios para realizarem o tratamento de seus filhos, dizem também que a prefeitura não disponibiliza transporte para seus filhos, e que precisam levá-los para a escola por meios próprios, e segundo elas todas as crianças com deficiência, moram longe da escola, pois nas proximidades de suas casas, há escolas, mas não há turma de educação especial ou inclusiva, e aí só conseguem matricular seus filhos onde tenha turma de educação especial.

As mães sugestionam que no tempo que elas ficam aguardando os seus filhos, que oferecessem projetos, oficinas de artesanato já que ficam ociosas, e atendimento psicológico para elas, pois “ninguém sabe como elas estão” e “ninguém para pra conversar com elas”.

Situações observadas:

A aluna Priscila foi ao banheiro e a professora pediu que a mãe que estava no pátio viesse para auxiliar a menina. Podemos observar que a professora não tem condições de sair de sala de aula, pois está sozinha, e tem outros alunos, então as mães fazem esse papel de auxiliar a professora com os seus filhos.

Adaptações feitas na escola

Foto 1 - Entrada Principal do colégio.

14/09/2013



Foto 02 – banheiro adaptado. 14/09/2013



**Foto 03 – Rampas após a obra na escola.
14/09/2013**



Foto 04 – A professora da sala de recursos com atendimento individualizado a aluna. 14/09/2013



Foto 05 - Mães de alunos especiais aguardando o término da aula. 14/09/2013



Foto 6 - Sala de recursos.

14/09/2013



Foto 6 - Sala de aula com alunos incluídos.

14/09/2013



Anexo C

Acessibilidade

A escola é acessível aos portadores de deficiência?	Sim
As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?	Sim
Os sanitários são acessíveis aos portadores de deficiência?	Sim

Infraestrutura (dependências)

Existe sanitário dentro do prédio da escola?	Sim
Existe sanitário fora do prédio da escola?	Sim
A escola possui biblioteca?	Não
A escola possui cozinha?	Sim
A escola possui laboratório de informática?	Sim
A escola possui laboratório de ciências?	Não
A escola possui sala de leitura?	Sim
A escola possui quadra de esportes?	Não
A escola possui sala para a diretoria?	Sim
A escola possui sala para os professores?	Não
A escola possui sala de atendimento especial?	Sim

Equipamentos

Aparelho de DVD	Sim
Impressora	Sim
Copiadora	Sim
Retroprojektor	Não
Televisão	Sim

Saneamento Básico

Abastecimento de água	Rede pública
Abastecimento de energia	Rede pública
Destino do esgoto	Rede pública
Destino do Lixo	Coleta periódica

Computadores e Internet

Internet	Sim
Banda larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	19
Computadores para uso administrativo	2